

Existir apesar dos retratos (mal)ditos: experimentações estéticas fugitivas e imaginação radical das negritudes¹

Autora: Samara Almeida Lima Santos (PPGCS/UFRB -Bahia)

Colagens como Método

Mas e se o que nos falta não forem conceitos – à moda programática das antigas ideologias “revolucionárias” – e sim imaginação? Imagem crítica. (Silva, 2024)

Este trabalho se trata de uma experimentação dialogada entre campo e teoria da pesquisa de mestrado em desenvolvimento que tem como título: *(Des)educando Retratos (Mal)ditos: Colagens Desobedientes e Imagem Radical das Negritudes*. Esta é um desdobramento do trabalho de conclusão de curso, que foi desenvolvido a partir de um projeto de iniciação científica (PIBIC), no qual foram realizadas uma série de oficinas no Colégio Estadual da Cachoeira. Dentre elas, destaca-se a oficina de colagens, cujo objetivo foi, junto aos estudantes, produzir, por meio de modos vernaculares, rupturas visuais e narrativas em torno das subjetividades negras.

Inicialmente, interessava compreender como estudantes negros percebiam e vivenciavam a negritude em uma cidade majoritariamente negra, que se apresenta e se “vende” como berço da “cultura negra”, mas que é vivida em um contexto antinegro. Tratava-se, portanto, de investigar como a cidade de Cachoeira (BA), percebida por Amparo Alves (2021) como um “espaço de resistência negra”, e posicionada como “promessa de uma nova referência epistemológica”, não escapa à permanência de um passado colonial que não passa. Nesse sentido, a cidade se revelou na pesquisa, parafraseando Luiza Bairros (1988), como um “paraíso racial” repleto de pecados raciais, ao mesmo tempo em que seus filhos, subjetividades negras, são agentes políticos que afirmam sua existência no passado, no presente e no futuro.

Com o convite para integrar o Projeto de Combate à Misoginia na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e ao ser selecionada a compor o grupo de bolsistas do Fundo Elixir do Instituto Práticas Desobedientes, a pesquisa é atravessada por novos contornos. Tal como um processo de colagem, partes do projeto inicial são recortadas, enquanto outras questões interpeladas são sobrepostas, especialmente a busca por rupturas anticoloniais da categoria gênero. É nesse contexto que as oficinas de colagem passam a acontecer nos centros de ensino da UFRB, sob o título Laboratório de Afetos, com o objetivo de discutir masculinidades negras e o enfrentamento à misoginia.

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

Desde então, a metodologia tem sido aplicada em cidades do Recôncavo Baiano e em territórios próximos. Quando convidada a atuar em outras instituições, aplico o mesmo método, compreendido como uma espécie de agenda política de (des)educação dos olhares e das afetividades em torno das visualidades negras e dos gêneros. Trata-se de uma metodologia adaptável a diferentes públicos, que vai desde turmas do Ensino Fundamental I a estudantes universitários, técnicos, servidores e participantes externos à UFRB, como no caso da equipe técnica do Programa Corra pro Abraço, em Feira de Santana.

Não pretendo neste trabalho, nem na dissertação de mestrado, traduzir ou explicar as colagens produzidas, mas demonstrar o diálogo com as categorias epistemológicas que elas próprias tensionam. O objetivo é esgarçar os limites da experiência metodológica, atentando para suas particularidades, tensões e contradições. Para as tentativas, bem-sucedidas ou não, de representar ou (des)representar imagens, e, sobretudo, para as colagens como centralidade da reflexão, considerando sua materialidade, suas poéticas fugitivas e suas radicalidades estéticas.

No campo, a oficina segue um método estruturado em diferentes etapas. Inicialmente, realizo a montagem de um banco de imagens a partir de um processo de garimpagem visual, que inclui plataformas como o Pinterest e acervos institucionais, a exemplo do instituto PIPA². Bem como produções de artistas de referência, divulgadas em seus perfis no Instagram como é o caso da Gê Viana e Uendel Nunes. Após essa curadoria, as imagens são impressas e reunidas com os materiais necessários à prática, como colas, tesouras e canetas.

Inicia-se por meio de uma roda de conversa, na qual o tema proposto é discutido, permeando a reflexão sobre a produção dos retratos (mal)ditos, compreendidos como cenas de sujeição projetadas em representações que aprisionam subjetividades negras historicamente despossuídas e de(s)generificadas (**Spillers**, Hortense apud **Silva**, Denise, 2024). Mais do que uma abordagem estritamente teórica, esse momento busca pensar em como tais cenas são vivenciadas no cotidiano, abrindo espaço para a partilha de relatos e experiências situadas.

Em seguida, apresento as imagens selecionadas, organizadas entre possíveis planos de fundo e imagens de sobreposição. As participantes são então convidadas a escolher livremente, no mínimo, duas imagens de plano de fundo e três de sobreposição, a partir das quais forjam suas composições visuais. Ao final do processo, provoco a escrita de palavras, sentimentos, memórias, pensamentos ou reflexões suscitadas pela colagem, incentivando também o compartilhamento coletivo das escolhas realizadas e das narrativas produzidas pelas colagens.

² Disponível em: <https://institutopipa.com/>

Compreendo que este não se trata de um método tradicional na antropologia, tampouco esse é o objetivo, pelo contrário. Em diálogo com Patricia Hill Collins, entendo as artes como fontes fundamentais de produção de conhecimento, especialmente para mulheres negras, que “encontram na música, na poesia e nas artes em geral formas de expressar sentimentos, aprendizados, ensinamentos e reflexões sobre a vida” (Collins, 2017 apud **Figueiredo**, 2020). Nesse sentido, busco, por meio desse método, ou, mais precisamente, por meio da própria agência das colagens, criar espaços de experimentação da imaginação radical das negritudes e dos gêneros. Trata-se de um exercício de (des)educação do olhar, voltado a tensionar visualidades ainda aprisionadas à antinegritude e a categoria ocidental universalizante de gênero que sustentam e produzem múltiplas formas de violência.

Retratos (Mal)ditos: Rastros de uma genealogia

Compreendo os retratos (mal)ditos como imagens estruturadas pela antinegritude (**Pinho e Vargas**, 2016), em certa medida próximas às imagens de controle formuladas por Patricia Hill Collins (2019), imagens cuja função é, justamente, controlar. No entanto, enquanto Collins compreende que tais imagens nem sempre precisam ser uniformemente negativas, no caso dos Retratos (Mal)ditos elas são essencialmente negativas. Trata-se de um jogo de palavras que opera com um objetivo crítico em relação ao Retrato Falado, de origem francesa, nascido conjuntamente aos estudos da antropometria e da antropologia física.

Na perspectiva de Cesare Lombroso, influenciado pela escola darwinista, elaboram-se “estudos” no campo da antropologia médica criminal. Como afirmam Oliveira e Ribeiro (2019, p. 3) “Retratado falado já nasce com um perfil estético de representação do suspeito/criminoso com traço de discriminação de raças porque os estudos sobre fisionomia elaborados a partir de Lombroso e absorvidos por Bertillon possuíam essa característica”. Daí o duplo sentido de (mal)ditos: por fazerem referência à negatificação, àquilo que é mal falado ou mal-dito, e por serem malditos, em alusão ao processo histórico de construção imagética que percebe o corpo e o rosto negro como uma maldição, como evidenciado em Fanon e Carter G. Woodson.

Os retratos (mal)ditos, forjam, assim, um repertório visual e narrativo que aprisiona a subjetividades negras no pós-vida da escravização, isto é, na vida continuada do escravo (**Hartman**, 1997 apud **Wallace**, 2025). Forjadas pela visualidade do olhar dos viajantes (Belluzzo, 1996), de artistas como Debret e Rugendas, posteriormente por teóricos racialistas e intérpretes do fictício Brasil como Nina Rodrigues e Gilberto Freyre. Esses retratos atualizam-

se hoje, por exemplo, nos retratos de morte³ ou nos baralhos do crime pela Segurança Pública do Estado da Bahia⁴, que forjam o olhar sobre os corpos negros como representantes e representações de criminosos e corpo matáveis. Tal repertório condiciona, ainda mais, as subjetividades negras a um vazio ontológico e a uma associação instantânea à violência, à morte, ao crime e à dor, utilizando-as e controlando-as como objetos econômicos, científicos e culturais.

Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021) explica que a “onipresença de explicações biologicamente determinadas nas ciências sociais pode ser demonstrada com a categoria de criminoso ou delinquente na sociedade estadunidense contemporânea” (Oyěwùmí, 2021, p. 46). Esse argumento ajuda a compreender, de forma semelhante, o caso brasileiro, marcado pela importação e consolidação da cosmovisão bio-lógica ocidental. No Brasil, essa racionalidade encontra expressão emblemática na obra de Raimundo Nina Rodrigues, responsável pela introdução da medicina legal no país. Segundo Pinho (2020, p.1), Nina Rodrigues é considerado “pai fundador da antropologia brasileira e, mais especificamente, dos estudos etnológicos sobre o negro no Brasil”, contribuindo decisivamente para a biologização das interpretações sobre criminalidade, raça e diferença social.

A ciência ocidental dos séculos XVIII e XIX estruturava-se a partir de duas correntes de pensamento racial, ambas ancoradas no determinismo biologizante: o monogenismo e o poligenismo. Para os monogenistas, existia uma origem comum da humanidade, isto é, a unidade do homem, concebida como uma única espécie composta por raças diferentes. Já para a perspectiva poligenista, havia uma diferenciação humana radical, entendida como a existência de espécies distintas.

Esta segunda corrente influenciou diretamente a teoria da degenerescência racial elaborada por Raimundo Nina Rodrigues, cujos principais referenciais teóricos foram Arthur de Gobineau, Paul Broca e, sobretudo, Cesare Lombroso. Nesse contexto, Nina Rodrigues reinterpretou a antropologia física, por meio da antropometria e da craniologia, no campo da antropologia criminal, tornando-se um dos primeiros intelectuais no Brasil a tentar justificar, em bases pseudocientíficas, a antinegritude.

³ Por retratos de morte compreendo as imagens de corpos negros no chão, mortos violentamente. Retratos cotidianos que aparecem em jornais, redes sociais e em grupos de WhatsApp, compartilhados de forma naturalizada. Nesses retratos percebo a associação instantânea dos corpos negros como corpos matáveis. Associação a lógica de violência, dor e morte.

⁴ Ver texto de Natassia Thamizy Araújo Lima Mendonça (2019). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-baralho-do-crime-da-secretaria-de-seguranca-publica-do-estado-da-bahia/764014828>. Acessado em: 01 de junho de 2026.

O que Oyěwùmí (2021) nos chama a atenção é que, para além da interpretação do corpo a partir da raça, há também uma leitura profundamente marcada pelo gênero. Em sua compreensão, “o corpo sempre está em vista e à vista. Como tal, invoca um olhar, um olhar da diferença, um olhar da diferenciação – o mais historicamente constante é o olhar generificado” (Oyěwùmí, 2021, p. 42). No entanto, percebo que, quando essa interpretação de gênero é interseccionada com a raça, o processo de diferenciação se complexifica de maneira ainda mais intensa.

Em outros contextos o corpo é marcado de forma ainda mais radical. Não se trata das partes de corpos brancos expostas nos museus europeus, como no Louvre, mas de corpos negros e indígenas transformados em objeto de exibição. É o que ocorre no caso de Saartjie Baartman, a chamada Vênus Hotentote⁵ (a “Vênus Negra”), bem como nas exposições das cabeças de homens negros e cangaceiros expostas no antigo Museu Nina Rodrigues⁶, na Bahia, entre eles o líder da revolta de Canudos, Antônio Conselheiro, e integrantes do bando de Lampião, utilizados como suposta justificativa para a identificação de criminosos. Soma-se a isso o caso do indígena botocudo chamado Kuêk. Em todos esses episódios, tanto em vida quanto no pós-morte, esses corpos foram reduzidos à condição de objetos da ciência e dos museus, passíveis de exposição, classificação e estudo, reiterando práticas coloniais de racialização, desumanização e controle.

No caso de Saartjie, segundo Justin Parkinson (2016, [não paginado]), “seu cérebro, esqueleto e órgãos sexuais continuaram sendo exibidos em um museu de Paris até 1974”. E, “seus restos mortais só retornaram à África em 2002, após a França concordar com um pedido feito por Nelson Mandela” (Parkinson, 2016, [não paginado]). Não diferente a cabeça dos cangaceiros só puderem ser enterradas por seus familiares em 1969 e o crânio de Kuêk de 1818, 200 anos depois foi entregue ao povo Krenak (Crânios [...], 2017).

Compreendo que, nesse processo, como afirma Wilderson (2010, p. 38), “a violência que torna um corpo carne, literalmente rasgado, destrói a possibilidade de ontologia”. Ou seja, há uma redução dessas subjetividades ao corpo, dissociando-as da razão. Nesse sentido, “a ‘ausência do corpo’ tem sido uma precondição do pensamento racional [...], portanto, pelo instinto e pelo afeto, estando a razão longe delas. Elas são o Outro, e o Outro é um corpo” (Oyěwùmí, 2021, p. 44). Desse modo, se, na perspectiva ocidental, o princípio “penso, logo

⁵ Ver “O corpo do Outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: O caso da Vênus Hotentote” de Janaina Damasceno (2008).

⁶ Museu Antropológico e Etnográfico Estácio de Lima, conhecido como museu Nina Rodrigues, funcionou por muito tempo, ocupando uma sala do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues.

existir” funda a condição de humanidade, os sujeitos excessivamente corporificados são esvaziados de racionalidade e, consequentemente, de ontologia. Mais ainda, como conclui Fanon, “o negro não tem resistência ontológica aos olhos do branco” (Fanon 2008, p.104 apud Bernadino-Costa, 2016, p. 511).

Outrificação e Visualidade

A razão pela qual o corpo tem tanta presença no Ocidente é que o mundo é percebido principalmente pela visão. A diferenciação dos Corpos Humanos em termos de sexo, cor da pele e tamanho do crânio é um testemunho dos poderes atribuídos ao “ver”. O olhar é um convite para diferenciar (Oyěwùmí, 2021, p. 42)

A fabricação dos retratos (mal)ditos, está intimamente relacionada à produção de corpos e opera a partir da visualidade e do olhar branco-ocidental, alicerçado no processo de diferenciação e construção do “Outro”. Trata-se de uma alteridade total em relação ao “senhor branco-ocidental” forjada no contexto da escravização e sustentada por associações estereotipadas em narrativas imagéticas.

De acordo com Deivison Faustino e Alan Ribeiro, ao dialogarem com Du Bois, esses estereótipos que constroem a premissa do negro como problema não apenas refletem o olhar branco sobre a subjetividade negra, produzindo sua despessoalização. “Mas [revelam] o conjunto de relações de poder e subjetivação que aprisionam também o olhar do negro sobre si” (Ribeiro; Faustino, 2017, p. 165). Como consequência, “a busca para se fazer homem é, ao mesmo tempo, uma atividade de (auto)negação” (Faustino, 2013, p. 81).

Oyěwùmí (2021) nos revela que o termo “cosmovisão”, amplamente utilizado no Ocidente, “capta o privilégio ocidental do visual [...]. O termo ‘cosmopercepção’ é uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais” (Oyěwùmí, 2021, p. 42). Tal formulação evidencia a limitação do Ocidente no que se refere ao regime do visual, ao mesmo tempo em que é justamente a partir desse campo que minha pesquisa se desenha, o que demonstra parte de sua própria limitação.

Alinhada a Patricia Hill Collins, compreendo que as imagens são historicamente poderosas na constituição das percepções de mundo em sociedades ocidentalizadas. Entendo-as como agentes que influenciam tanto a percepção do mundo quanto a percepção de si, estando, portanto, em permanente disputa de narrativas. Nesse sentido, a metodologia da pesquisa se orienta pelo ato de destruir–construir e sentir–pensar, utilizando as imagens como disparadoras de processos de (des)educação da visualidade e do olhar, especialmente no que se refere à multiplicidade das negritudes e das expressões de gênero.

A experiência negra no ocidente é marcada pela domesticação do olhar, articulada nos processos de educação. Em Carter Woodson (2021), podemos entender o processo de (des)educação do negro. Esse processo refere-se ao fato de que quando estudantes negros “são educados nas escolas formais, são ensinados que seu próprio rosto negro é uma maldição” (Woodson, 2021, p. 15). Ao se ver como “maldição”, ou como “problema, o negro desenvolve uma consciência dupla de si (duble consciousness) que aceita como seu o olhar distorcido daquele que o despreza” (Du Bois, [1992] 1999, apud Ribeiro e Faustino, 2017).

Esse olhar duplo sobre si, mediado por imagens e narrativas, condiciona as subjetividades negras ao esvaziamento ontológico. Como aponta Pinho (2021), ao retomar o conceito de “espaço de morte” elaborado por Michel Taussig (1993), trata-se de pensar “formas de subjetivação baseadas na destruição da pessoa” (Taussig, 1993 apud Pinho, 2021, p. 48). Nos retratos (mal)ditos, portanto, há uma destruição continuada da pessoa, na qual o Outro é reduzido à condição de corpo descartável, de corpo-objeto (Mbembe, 2018). Em diálogo direto com o argumento de Sueli Carneiro (2023) acerca do Dispositivo de Racialidade, fundamentado em uma ontologia da diferença que “ao promover uma divisão entre o Eu e o Outro, na qual o Eu se afirma a partir da negação e da inferiorização do Outro” (Carneiro, 2023, p.31 apud Cerqueira, 2023), evidencia-se que não se trata apenas da negação do outro, mas também de um processo de autonegação e destruição de si.

Assim como argumenta Hortense Spillers (1987), a escravização não apenas racializou corpos negros, mas os reduziu à condição de carne (flesh), destituindo-os de gênero, de vínculos familiares e de reconhecimento simbólico. Essa redução não se limita ao plano material, mas se estende ao campo da representação, produzindo uma visualidade que antecede e sustenta os retratos (mal)ditos. Nesse contexto, a imagem não retrata um sujeito, mas uma carne disponível à exploração, ao controle e à violência.

Se, para Fanon, “a racialização e o maniqueísmo do mundo são um produto do colonialismo, [sendo] produto do olhar imperial” (Bernardino-Costa, 2016, p. 512), questiono como tornar disruptivo esse olhar. Tal olhar produz “tipos negros” associados ora à violência, à morte e à escravidão, ora ao que é considerado mágico, exótico ou mítico. Esse processo opera como uma forma de objetificação coletiva, contribuindo para a manutenção de “relações de superioridade e inferioridade” (Collins, 2011, p. 139 apud Jesus L., 2020), reiterando hierarquias raciais.

(Re)criar o acervo visual-narrativo pode representar uma retomada de si, uma restituição “da alma” (Rial, 2014), ou melhor, uma agência sobre sua própria imagem e história. Nesse sentido, destruir-construir se apresenta como principal método do que seria possivelmente uma

fabulação crítica (**Hartman**, 2008) e criativa. (Des)educar (**Alves**, 2020) os retratos (mal)ditos e destruí-los a partir do corte, da rasura e da cura no processo de colagem, nos permite reescrever histórias, memórias e identidades. Ou talvez, além das identidades, mas no plano ontológico e político em desestabilizá-las.

Percebo então as colagens como possíveis rotas poéticas de fuga, pois elas evocam uma ficção que buscamos trazer a realidade. Enquanto nos retratos (mal)ditos, por exemplo, reduzem uma criança negra a objeto zoológico, ou pessoas negras escravizadas a objeto econômico e rostos negros medidos e tipificados enquanto criminosos, reduzidos a objetos científicos. Ou nos retratos de mortes, corpos reduzidos a carnes descartáveis e substituíveis. Nas colagens, estão vivas apesar da morte, são subjetividades que agem no mundo atravessadas por afetividades e criticidade.

Busco através da imagética e da estética, uma contraposição político-ontológica. Nesse sentido, questiono em como preservar nossos avessos (**Tenório**, Jeferson, 2020) e nossas poéticas que, sobrepostas em colagens ganhem materialidade. Com isso, não proponho a substituição de representações, mas o abandono delas, na possibilidade, ou não, de desestabilizar o mundo antinegro.

A pesquisa se coloca em uma encruzilhada visual: seria possível abandonar o campo das representações das negritudes e dos gêneros? Como imaginar o que ainda não é e pensar formas continuadas de destruição que possibilitem existências negras? Em outros termos, trata-se de perguntar “como destruir um sistema de violência mantido por séculos, baseado na existência da própria negritude” (**Wilderson**, Spatzek e von Gleich, 2026 apud **wallace**, 2025).

Esse trabalho percebe as imagens como um campo de disputa. Como mostram Patricia Hill Collins (2019) e Sylvia Novaes (2009), pois a visualidade não é neutra: ela organiza o social, cria estereótipos e define quem pode ser visto, lembrado ou esquecido. Desse modo, compreendendo a antinegritude como um regime visual, ontológico e cognitivo que comunica a impossibilidade de existência negra plena (**Pinho e Vargas**, 2016), e a “persistência de um sentimento/entendimento de que o negro é o ‘outro’, redutível à raça e o ‘inimigo’ da nação” (**Soares**, Maria Andrea, p.167, 2022).

Portanto, como, apesar dessa impossibilidade, construímos nos rastros (**Christina Sharpe**, 2023), nas quebras e brechas do mundo antinegro e do vestígio, formas de vida negra. Como criamos estratégias de fuga e poéticas de liberdade? No caso deste trabalho, busco através do método da colagem. Pois,

Viver no vestígio significa viver em um regime de morte e de violência, e apesar dele ‘ainda produzimos no, para o, e através do vestígio uma insistência na existência: ecoamos a vida Negra no vestígio’ (**Sharpe**, 2023, p. 29)

Experimentando Gêneros

Oyěwùmí (2021) nos chama a atenção a uma leitura profundamente marcada pelo gênero. Em sua compreensão, “o corpo sempre está em vista e à vista. Como tal, invoca um olhar, um olhar da diferença, um olhar da diferenciação – o mais historicamente constante é o olhar generificado” (Oyěwùmí, 2021, p. 42). No entanto, percebo que, quando essa interpretação de gênero é interseccionada com a raça, o processo de diferenciação se complexifica de maneira ainda mais intensa.

A autora afirma que “paradoxalmente, no pensamento europeu, apesar do fato de que a sociedade era vista como habitada por corpos, apenas as mulheres eram percebidas como corporificadas; os homens não tinham corpos” (Oyěwùmí, 2021, p. 50). Assim, como a própria autora nos provoca, cabe questionar: que mulher corporificada é essa e que homem descorporificado é esse?

Em busca de ampliar a discussão sobre os retratos (mal)ditos, passo a pensar o processo não apenas de desumanização das subjetividades negras, mas também de de(s)generificação sobre as projeções lançadas à visualidade das mulheres negras. Nesse processo, encontro em Lélia Gonzales, por exemplo, a “denúncia as representações submissas e sexualizadas das mulheres negras, reveladas por meio das três figuras emblemáticas: a mãe-preta, a mulata e a trabalhadora doméstica” (Figueiredo, 2020, p.14). Bem como, nas imagens de controle de Patricia Hill Collins (2019), a “mamy”, “a matriarca”, “a Jezebel”, “a mãe beneficiária do assistencialismo” e “a mula”. Todas elas, imagens que controlam a narrativa de como as pessoas percebem as mulheres negras no mundo colonial-moderno-ocidental.

Essas imagens descritas por Collins naturalizam posições sociais racializadas. Figuras como a mammy, a matriarca, a Jezebel ou a mãe dependente do Estado não apenas representam uma suposta ideia sobre as mulheres negras, mas organizam expectativas morais, afetivas e econômicas sobre seus corpos. No contexto das oficinas, essas imagens reaparecem como tecnologias do regime visual antinegro, atravessando narrativas, afetos e modos de se perceber no mundo. As colagens tornam-se, então, um campo de disputa, não para substituir uma imagem negativa por outra positiva, mas para buscar desestabilizar o próprio funcionamento dessas imagens de controle.

Lélia Gonzalez, no caso do Brasil, evidencia como as representações da mãe-preta, da mulata e da trabalhadora doméstica organizam o imaginário racial brasileiro, produzindo uma falsa integração da mulher negra ao projeto nacional moderno. Essas figuras não reconhecem humanidade plena, mas capturam o corpo negro feminino em lugares específicos de servidão,

erotização e cuidado compulsório. É o que aparece, também, no trabalho da Val Souza, em que há uma “coabitação tensa e produtiva entre ‘maravilhosidade’ e abjeção” (**Pinho**, 2025, p.16).

Nas experiências compartilhadas nas oficinas, percebe-se que essas imagens continuam a operar como regimes do gênero, mesmo quando não nomeadas explicitamente. Quando a categoria gênero passa a ser também repensada nas colagens, essas figuras não se sustentam, tornam visível a violência que sustenta sua aparente familiaridade, ampliando outras experimentações de gênero que escapam à gramática colonial.

Essas imagens aprisionam-nas ao lugar da servidão e do trabalho, não apenas no campo das representações, mas em experiências materialmente vividas. Como afirma Saidiya Hartman, “ao contrário do trabalho das mulheres brancas, a força de trabalho das mulheres negras era tratada como se elas fossem homens” (**Hartman**, 2022, p. 199). Essa leitura não é exclusiva de Hartman. Angela Davis, ao retomar a experiência das plantations, também evidencia essa lógica, como aponta Ângela Figueiredo ao destacar que “as mulheres negras escravizadas, independentemente de estarem grávidas ou amamentando, trabalhavam da mesma forma que os homens nas lavouras” (**Figueiredo**, 2020, p. 11).

Assim, para além da busca por uma desestabilização visual do mundo antinegro, a pesquisa se orienta pela redistribuição desobediente de gênero (**Mombaça**, 2021), afinal, negritude e gênero, ambas categorias criadas na modernidade antinegra, produzem uma série de violências. A partir da experiência com as oficinas e o desenvolvimento do trabalho de mestrado, busco ampliar experimentações, tensionando essas categorias. Pois, existências negras esgarçam os limites de humanidade e de gênero. A exemplo disso, meu próprio corpo, negro, sapatão, onde artista e pesquisadora coabitam, ao conduzir oficinas de colagens e provocar discussões sobre masculinidades, já descola e borra os limites de categorização e representação das negritudes e dos gêneros.

Nesse ponto, é fundamental compreender o gênero não como uma categoria universalizante e hegemônica, mas como uma experiência historicamente situada no Ocidente, mas que nem mesmo nas sociedades ocidentalizadas se realiza de forma universal. Como apontam Oyèrónké Oyěwùmí (2021), Saidiya Hartman e Sojourner Truth, existências negras não experienciam as categorias de “homem” e “mulher” tal como organizadas pela bio-lógica ocidental.

As oficinas buscam articular as colagens, portanto, como uma experimentação estética e crítica, ativando a imaginação radical sobre negritudes e gêneros por meio das visualidades, do sentir-pensar e do destruir-construir, operados pelo corte e pela rasura. Essa experiência tem esgarçado seus próprios limites e tornando possível rasgar e reimaginar categorias, para

além de suas formulações normativas. As colagens não operam como substituição de representações, mas como práticas estéticas que habitam a brecha, o fragmento e o rastro, afirmando modos de existência negra que não dependem da promessa de reparação nem da integração ao mundo antinegro.

Ademais, além do referencial apresentado aqui, mobilizo na pesquisa em desenvolvimento, a Sylvia Wynter e Denise Ferreira da Silva para questionar a estética e o universo das representações; Baraki Wallace para compreender o método como pesquisa-ação-crítica; Saidiya Hartman, para pensar a fabulação crítica como provocação metodológica; Tina Campt, ao afirmar que “ver é pouco” e que é preciso escutar e sentir as imagens; A Beatriz Nascimento quando afirma que as imagens foram roubadas de nós; Jota Mombaça, cuja reflexão aproxima o método de uma fuga poética e de uma agência do impossível, realizada nas brechas e no vestígio com Sharpe. Bem como a Val Souza, na compreensão da interface tensa do corpo da mulher negra e como um “maquinário de reprodução da plantation” (Pinho, 2026, p.17). É nessa encruzilhada entre prática e teoria que a pesquisa vem se configurando epistemologicamente, abrindo também caminho para uma discussão sobre surrealismo negro.

Ao evidenciar o tensionamento visual, corpo, raça e gênero se articulam de forma radical. Compreendo que “o gênero, sendo uma construção social, é também um fenômeno histórico e cultural” (Oyěwùmí, 2021, p. 59) e, portanto, não precisa ter existido em outras sociedades nem ser experimentado de forma única, mesmo nas sociedades ocidentalizadas. Essa crítica aparece nas reflexões de Angela Davis, em que “contestam a construção homogeneizante da categoria mulher, pois para ela durante a escravidão, as mulheres negras, foram acima de tudo, trabalhadoras” (Figueiredo, 2020, p. 11). É nessa mesma direção que Hartman interroga “quando a mulher de cor alcançaria seu status completo de mulher?” (Hartman, 2022, p. 191) e que Sojourner Truth questiona, em 1851: “Não sou uma mulher?”.

Nesse sentido, “a meia mulher anunciava o fracasso da mulher negra em realizar as aspirações de feminilidade ou alcançar o marco da humanidade” (Hartman, 2022, p. 198). A partir disso, reflito que existir enquanto mulher negra esgarça o próprio “ser” ou “tornar-se mulher”, não como um projeto de integração a essa categoria ou de alcance de uma suposta humanidade, mas como uma experiência que revela seus limites. Diferentemente, para muitos homens negros, o “tornar-se homem” aparece frequentemente como um imperativo de tornar-se humano.

A experiência das mulheres negras tensiona essa equivalência entre gênero e humanidade, revelando o limite binarista do (cis)tema de gênero. A exemplo disso, Hartman descreve: “homens desocupados e mulheres provedoras borram as linhas entre homem e

mulher, marido e dona de casa, conjugue e amante” (Hartman, 2022, p. 192). Nesse sentido, se torna óbvio que “o gênero como categoria não era [e não é] elástica o suficiente para abarcar todas as diferenças radicais nas experiências vividas por homens e mulheres negras” (Hartman, 2022, p.198)

Nas oficinas, ao partilharem vivências e entendimentos sobre o tema, as mulheres negras são frequentemente lidas como chefes de família, provedoras, cuidadoras e guardiãs da ancestralidade. Em diálogo com essas narrativas, com minhas próprias vivências e com as autoras discutidas neste texto, passei a tensionar também os retratos (mal)ditos sobre mulheres negras e sobre pessoas negras que não buscam ou não performam padrões hegemônicos ocidentais de sexualidade, feminilidade ou masculinidade.

Assim, começaram a surgir outras (des)representações performativas, materializadas em novas colagens e formatos. Observa-se que, nas colagens iniciais, como pode ser visto na imagem I, embora a questão racial esteja explicitamente colocada, o gênero ainda não é desestabilizado, há uma linearidade da forma. É apenas nas produções posteriores, quando se instauram provocações em torno da desnaturalização e da desobediência anticolonial da categoria gênero e dos regimes estéticos de representação, que passam a emergir outras formas materiais, visuais e narrativas, como pode ser visualizado nas imagens II e III. Nesse movimento, a prática deixa de apenas responder às imagens previamente dadas e passa a operar como um campo de experimentação crítica e disputa narrativa. Esse processo de torção estética e metodológica pode ser acompanhado em uma espécie de curadoria inicial⁷.

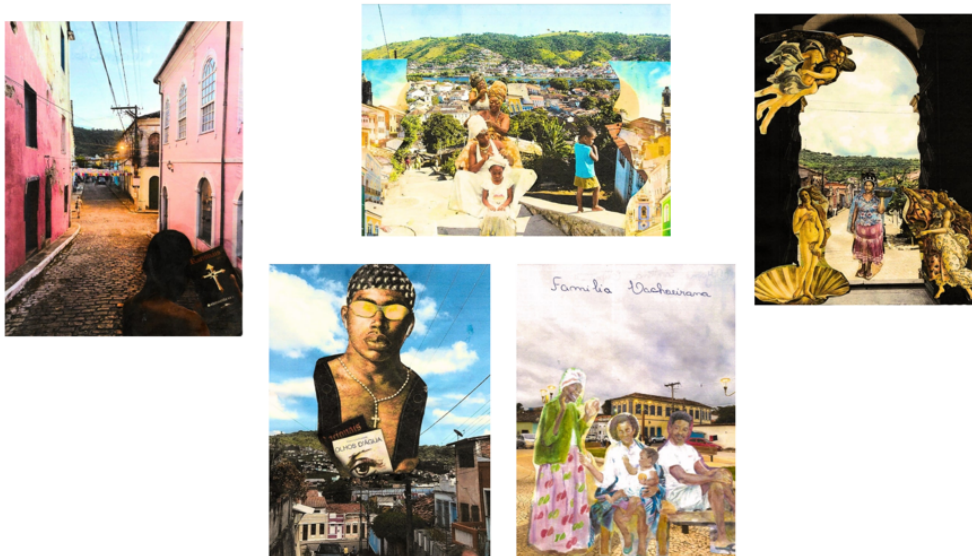
Desse modo, ao articular neste trabalho as autoras, torna-se possível compreender que o gênero, quando atravessado e criado pela antinegitude, não opera como categoria universal e estática, mas como tecnologia de controle e, ao mesmo tempo, como categoria em colapso. As mulheres negras, historicamente situadas fora dos ideais modernos de feminilidade e humanidade, revelam os limites do próprio sistema de gênero. As colagens, nesse sentido, não propõem novas representações generificadas, mas experimentações estéticas que expõem a falência dessas categorias, afirmando modos de existir que não dependem da normalização, do reconhecimento ou da promessa de reparação.

Assim, além da discussão desenvolvida neste trabalho sobre o campo e parte da bibliografia da pesquisa de mestrado, a prática das colagens se apresenta como um contínuo de destruição e perturbação dos limites dicotômicos, configurando-se como uma experiência da

⁷ Acessível em: https://www.canva.com/design/DAG6SoXr7QE/F4kTmrhSVJmff-YNCuPeyg/view?utm_content=DAG6SoXr7QE&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=uniquelinks&utm_id=h4e605f4926

brecha e do “vestígio”. Uma (des)educação do olhar e do sentir, e, portanto, do ser. Tal como o gueto, trata-se de “uma zona intermediária onde mundos díspares se encontram e tudo poderia acontecer” (Hartman, 2022, p. 195), abrindo espaço para que existências múltiplas negras, lésbicas e travestis possam existir.

Imagem I:



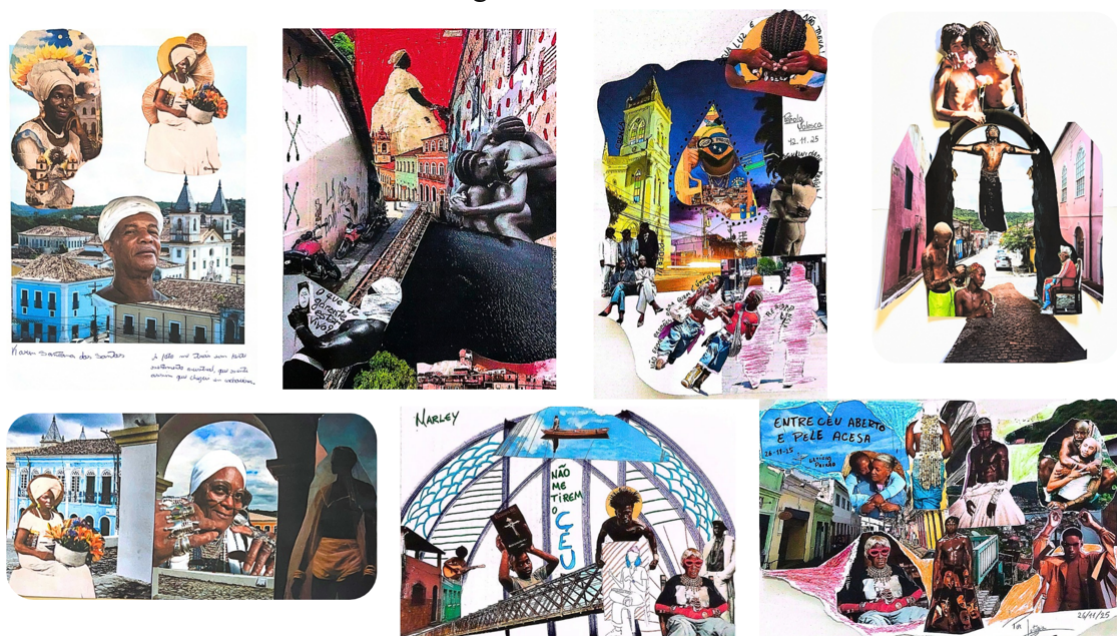
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Imagem II:



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Imagem III:



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. [Deseducar]. [S. l.], 5 out. 2020. Instagram: @diopfaluke. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CF91w6rJfb296NSVYRW3VEb5O2C9IKX9PUYDY0/>. Acesso em: 01 jun.2025.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Eneida Esteves. São Paulo: Boitempo, 2019.

BERNARDINO-COSTA, J. A prece de Franz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona. Civitas, Porto Alegre, v. 16, n. 3, 2016.

FAUSTINO, D. M. A emoção é negra, a razão é helênica? Considerações fanonianas sobre a (des)universalização do “Ser” negro. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 12 – Presença Africana no Brasil, 17 out. 2013.

FAUSTINO, D.; RIBEIRO, A. Negro tema, negro vida, negro drama: estudos sobre masculinidades negras na diáspora. Revista Transversos, Rio de Janeiro, v. 10, p. 163–182, 2017.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e0102, 2020. DOI: 10.5965/2175180312292020e0102. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>. Acesso em: 01 jun. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Ciências Sociais Hoje. São Paulo: ANPOCS/Cortez, 1984. p. 223–244.

HARTMAN, Saidiya. Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais. São Paulo: Editora Fósforo, s.d. p. 191–205.

JESUS, L. R. Imagens de controle, racismo, sexismo e pobreza: autodefinição, luta e resistência de mulheres negras. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos) – Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022. Disponível em: repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2976. Acesso em: 01 jun. 2025.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOMBAÇA, Jota. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência! São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo; Oficina Imagem Política, 2017. Disponível em: https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuicao_da_violenzia. Acesso em: 01 jun. 2025.

NOVAES, Sylvia Caiuby. Representações visuais, antropologia e história: o caso dos retratos de africanos e afrodescendentes no Brasil. In: SOUZA, Laura de Mello; PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). História e imagens: usos e abusos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 15–36.

OYEWUMI, Oyeronké, *A invenção das mulheres. Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*, Rio de Janeiro, Bazar do Tempo

PEREIRA, A. K. Escritas insubmissas: disciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 481–508, 2021. DOI: 10.15848/hh.v14i36.1719. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1719>. Acesso em: 01 jun. 2025.

PINHEIRO, Luana; **FONTOURA**, Natália; **PEDROSA**, Claudia. Situação atual das trabalhadoras. In: MORI, Natália et al. (org.). Tensões e experiências no trabalho doméstico: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador. Brasília: CFEMEA, 2011.

PINHO, O.; **VARGAS**, J. H. C. (org.). Antinegitude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

PINHO, O. Cativoiro: antinegitude e ancestralidade. 1. ed. Salvador: Segundo Selo, 2021.

PINHO, Osmundo. Val-Vênus: Constelação Fugitiva. **ARS (São Paulo)**, [S. l.], v. 23, p. e-218325, 2025. DOI: [10.11606/issn.2178-0447.ars.2025.218325](https://doi.org/10.11606/issn.2178-0447.ars.2025.218325). Disponível em: <https://revistas.usp.br/ars/article/view/218325>. Acesso em: 01 jun. 2026.

SILVA, Denise Ferreira da. A dívida impagável: uma crítica feminista, racial e anticolonial do capitalismo. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

SOARES, Maria Andrea dos Santos. Antinegitude: ser negro e fobia nacional. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 28, n. 63, p. 165–194, maio–ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832022000200006>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ha/a/Wcc6PGJcNZ5wzp88XszKKcb/?format=pdf&lang=pt> .
Acesso em: 01 jun. 2025.

SPILLERS, Hortense. Bebê da mamãe, talvez do papai: Uma gramática estadunidense. In: BARZAGHI, Clara; PATERNIANI, Stella Z.; ARIAS, André(orgs.). Pensamento Negro Radical: antologia de ensaios. São Paulo: Crocodilo, 2021. p. 29-69.

TENÓRIO, Jeferson. O avesso da pele. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

WALLACE, Baraki. (Anti)negritude como metodologia: um caminho para uma análise radical e crítica mais precisa. Trad. Osmundo Pinho. Medium, 28 mar. 2025. Disponível em: <https://osmundopinho.medium.com/anti-negritude-como-metodologia-um-caminho-para-uma-analise-radical-e-critica-mais-precisa-i-0ae97ee9a403>. Acesso em: 01 jun. 2025.

WOODSON, C. G. A (des)educação do negro. Trad. Naia Veneranda. São Paulo: Edipro, 2021.